

Debate nacional

Retrato de um país preocupado com o estado da União

Cristina Trancoso

Foram onze as cidades a que o IEEI, em parceria com escolas e associações locais, levou a discussão pública sobre o futuro da Europa. O objectivo foi a descentralização do debate, mas também a observação das preocupações e perspectivas dos cidadãos portugueses relativamente à União Europeia. Independentemente da cidade, da faixa etária dos participantes e até mesmo do tema do debate, certas questões verificaram-se transversais, permitindo traçar um quadro geral das expectativas dos cidadãos portugueses.

Uma política de imigração comum para a União

É necessária uma política de imigração comum para a UE. Este é o consenso quando se fala em imigração ilegal, mas a perspectiva varia. Enquanto alguns consideram que a Europa precisa de maior rigor e vigilância nas suas fronteiras, outros há que vêem o problema de um ponto de vista cultural e social, considerando que a base do problema está na mentalidade e nas regras sociais europeias e portuguesas. O mesmo exemplo foi recorrente para ilustrar este argumento: na Europa, o rótulo de imigrante permanece até à terceira ou mesmo quarta geração, não acontecendo o mesmo noutras regiões do mundo.

Este ponto de vista surge associado à ideia de que, quando se aborda a questão da imigração, há várias perspectivas que são perigosas, além de incorrectas: uma abordagem excessivamente securitária pode colocar em risco as boas relações da UE com os países de origem; a perspectiva economicista também não é aceitável, numa União que pretende ser um exemplo de Humanidade; estabelecer uma relação entre os alargamentos e o aumento da imigração ilegal também não é aceitável, na medida em que estes fluxos são anteriores a este processo e não são exclusivos do território europeu.

Para melhor compreender a natureza e a origem do problema da imigração ilegal, sugere-se também uma observação mais cuidada das suas motivações e dos países de partida, de forma a compreender que tipo de medidas poderiam prevenir estes fluxos.

A questão turca

«Turquia» é uma das palavras mais mencionadas, sendo alvo de alguma controvérsia, mas mais do que isso, de muitas dúvidas. Como podem ser ultrapassadas as incompatibilidades existentes entre o direito turco e o direito comunitário? Qual a vantagem para a Europa e para Portugal da entrada da Turquia? Por que é tão importante e complicada a questão da Turquia, se alguns dos países da Europa de Leste que entraram recentemente são até cultural e socialmente mais distantes dos valores europeus? Contrariamente a estas questões, interroga-se qual a razão para uma perspectiva tão etnocêntrica perante este país quando a UE procura, desde a sua fundação, primar pelo diálogo intercultural.

Aos sucessivos alargamentos é também atribuída alguma responsabilidade na perspectiva da eventual crise e decadência do modelo social europeu havendo, no entanto, quem associe este tópico a outras questões.

Manutenção do modelo social

A globalização, a imigração, a emergência de novas potências mundiais e a ausência de regras no mercado internacional, os alargamentos, a dependência energética e a má estratégia de aplicação dos fundos comunitários – são as principais questões suscitadas quando o tema é a manutenção do modelo social europeu.

A emergência da China como potência económica, supostamente induzindo uma luta sem regras no mercado internacional é uma das principais preocupações. No entanto, apenas por uma vez foi estabelecida uma relação directa entre este tema e a Estratégia de Lisboa.

A deslocalização de empresas é também considerada uma consequência da ausência de regras de trabalho e de produção no mercado internacional, pelo que se considera que a Organização Mundial do Comércio precisa de ver aqui o seu papel reforçado.

Coerência da política externa e de segurança europeia

A criação de um corpo militar europeu é um ponto abordado por mais de uma vez, tanto no meio académico e civil, como nas escolas secundárias. Enquanto na maior parte dos casos prevalece a ideia de que a organização de tal força é um requisito essencial para o equilíbrio de forças no plano internacional, surge também um outro ponto de vista: a UE é vista mais como uma potência civil nas relações internacionais, exercendo a sua influência essencialmente pela via diplomática. Se adquirir a capacidade militar que se pretende, não passará a ser vista como uma ameaça formal nas relações de força

internacionais e nessa medida colocar-se em risco? A complementar esta perspectiva, considera-se que a UE carece, mais do que de uma força militar, de uma imagem de coerência nas suas relações com o exterior, sendo então apoiadas as seguintes soluções: a criação da figura do ministro dos Negócios Estrangeiros para a União; e o reforço da sua representação comum no seio das Nações Unidas.

A mesma imagem externa poderia, na perspectiva de alguns, beneficiar de uma reestruturação da forma de organização de poder da UE. O importante aqui é que não haja lugar para indefinições, quer se opte pela via federalista ou pela Europa das Nações.

A estratégia de informação e o futuro da UE

Que futuro para o Tratado Constitucional? Enquanto uns se desdobram em possíveis soluções para o impasse que se verificava – reescrever o texto, eliminar determinado capítulo ou reforçar outros –, alguns questionam-se sobre se realmente, perante novos referendos, qualquer versão do texto terá possibilidade de vir a ser aplicada.

Surgem, no entanto, bastantes queixas relativamente à fraca estratégia de informação que se verifica. Na verdade, há quem considere que a maior parte dos cidadãos europeus não se sentem habilitados a pronunciar-se conscientemente, por considerarem que a linguagem e os propósitos do Tratado não são acessíveis ou claros. Por outro lado, há disparidades no acesso à informação. Há quem saiba onde encontrar essa informação e considere que a mesma é apropriada. Mas essas mesmas pessoas são as que consideram não se estar a tirar pleno partido das potencialidades dos *media* para chegar aos que têm menos acessibilidades a outros meios de comunicação que não a Internet ou as publicações que vão sendo lançadas. Uma outra proposta, transmitindo ao mesmo tempo uma sensação de proximidade com a UE, prende-se com a divulgação da forma como os representantes nacionais trabalham no Parlamento Europeu no sentido de defender os interesses nacionais e locais no seio da União.

No público mais jovem uma preocupação latente prende-se com o Processo de Bolonha e com as vantagens que este traz, notando-se alguma preocupação que resultará em grande parte da falta de esclarecimento. Quando referida a mobilidade de trabalho que este processo pretende potenciar, não deixa de surgir a questão da falta de competitividade do ensino português. Isto é: deixando de haver qualquer barreira ao reconhecimento mútuo de diplomas entre os países envolvidos, não se tornará ainda mais difícil para os jovens portugueses a inserção no mercado de trabalho em Portugal?

Portugal e a União Europeia

Estes receios ligam-se à opinião expressada de que não tem sido convenientemente aproveitada a pertença à União, pelo cidadão, mas também pelas próprias instituições políticas.